

Escravidão em estâncias e charqueadas

Ester Judite Bendjouya Gutierrez*

Resumo

O artigo fala sobre os cativos africanos e afro-descendentes nas áreas rurais do atual estado do Rio Grande do Sul. As diferentes paisagens histórico-culturais rurais dos campos da colônia, das fazendas do planalto, das estâncias e das charqueadas da fronteira meridional são reveladoras da diversa e intensa exploração da mão-de-obra escravizada nos territórios sulinos.

Palavras-chave: Escravidão. Arquitetura. Rural.

Introdução

Este texto foca a escravidão nos campos do atual estado do Rio Grande do Sul. Fala de algumas fazendas no Planalto Médio e um pouco das estâncias da fronteira Meridional. Por último, trata do Sítio Charqueador Pelotense, palco da escravidão meridional do Brasil. O panorama apresentado mostra que a exploração da mão-de-obra cativa de africanos e seus descendentes espalhou-se pelo solo rio-grandense.

Neste estudo, esboçam-se duas paisagens histórico-culturais do mundo rural da fronteira meridional do Brasil: a das fazendas pastoris e agrícolas e a das charqueadas. A primeira assentava a sede num patamar mais alto; a segunda situava a morada senhorial nos terrenos marginais, junto

* Professora do curso de Arquitetura da UFPel; mestra e Doutora em História pela PUCRS.

às águas. As diferenças ocorreram em relação ao ambiente natural, às estruturas construídas e, sobretudo, ao número de trabalhadores escravizados utilizados. Por fim, foi possível reafirmar que a escravidão nas terras sulinas não foi rara nem branda.

O cativo africano na fronteira meridional

Do confronto entre os portugueses, procedentes de uma sociedade feudal, pioneira no mercantilismo, com os nativos, provenientes de uma sociedade aldeã doméstica, resultou o escravismo colonial. Um novo modo de produção se instalou no continente americano.¹ Para que as colônias pudessem render lucros mercantis, a baixo preço, deviam produzir mercadorias comercializáveis na Europa. O escravismo no Novo Mundo nasceu de contingências históricas e econômicas próprias à valorização mercantil das Américas.²

Como no resto da Colônia lusa, a primeira escravização foi a dos americanos. No caso do Sul, foi grande o número de bandeirantes – paulistas e lagunenses – e *encomenderos* – castelhanos e hispano-americanos – que investiram na “preia” de nativos para escravizá-los, assim como foi grande o número de jesuítas para reduzi-los. O aumento das investidas dos escraviza-

dores levou a que os padres e os guaranis, com seus animais, se transferissem do sul para a região de Misiones, atual Argentina. Dos 33 povos fundados, sete foram localizados no noroeste do Rio Grande de hoje. A primeira, a Vacaria do Mar, e a segunda, a Vacaria dos Campos de Cima da Serra, também conhecida como dos Pinhais, deram origem à vocação pastoril do território platino.

Talvez, a presença pioneira do negro no território da fronteira sulina da Colônia portuguesa tenha sido lá pelos fins do ano de 1635, por ocasião da exploração da bandeira de Raposo Tavares aos vales dos rios Taquari e Jacuí.³ Em 1680, em terras indiscutivelmente de Castela, na margem esquerda do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, os lusitanos fundaram a sua povoação mais meridional. A Colônia do Sacramento, palco de muitas lutas entre lusos e castelhanos, foi uma das portas de entrada para a mão-de-obra escravizada africana no território banhado pelo Rio da Prata. “Na expedição que fundou a Colônia, composta de duzentos homens de armas, encontravam-se sessenta cativos.”⁴ Em 1725, com 31 membros, formada, em maior parte, por “homens pardos escravos”, a expedição de João de Magalhães partiu de Laguna em direção ao sul. Paulistas e lagunenses que se estabeleceram nos campos de Viamão devem ter trazido escravos negros.⁵

Em 1737, quando da instalação da Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul, nativos foram capturados e aprisionados. Os tapes trabalharam nas diversas construções que foram levantadas.⁶ As paredes foram executadas em pau-a-pique, técnica construtiva também conhecida como “taipa de sopapo”, que consiste em uma trama vegetal recoberta com barro. Daí, por se atirar o barro, dar-se o nome de sopapo. Cinco anos depois, o fundador do forte Jesus-Maria-José, José da Silva Paes, observava que “não há casal que não tenha escravos”.⁷

Ocupados na defesa do território, os soldados de dragões, não raro alistados à força, tinham servidores escravizados. Quando entravam em licença, era costume oferecerem um cativo como fiança. Durante esse período, a mão-de-obra era aproveitada no serviço e nas obras de fortificação. Caso o dono desertasse, o trabalhador servil pertenceria à Fazenda Real. Em 1755, foi proibida a escravidão do americano; mesmo assim, depois desta data continuou sendo registrada a presença de nativos aculturados, semiescravizados e cativos.

Em 1777, com o tratado de Santo Idelfonso, a antiga Vacaria do Mar passou a ser conhecida como “Campos

Neutrais”, lugar de proteção das colônias ibéricas e de proibição de ocupações. Constituía uma encerra natural coberta por gramíneas forrageiras e ótimas aguadas para o engorde do gado chimarrão. Ao contrário do acordado, era frequentada por tropas de homens armados na busca dos animais; lusobrasileiros e portugueses chocavam-se com nativos, missioneiros e castelhanos. Nessas condições, ficava arriscado e difícil manter a escravaria na obediência e produzindo. A caça ao gado pelo couro não se adaptava ao trabalho escravizado.⁸

A introdução da mão-de-obra cativa africana no atual estado do Rio Grande do Sul deu-se antes da instalação da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1737.⁹ Apesar de o trabalho pastoril não exigir grande quantidade de mão-de-obra, o número de trabalhadores escravizados no sul não foi pequeno (Tab. 1 e 2).

Tabela 1 – População do Brasil em 1919

Capitanias	Livres	Escravos	Total	% Escravos
São Paulo	160.656	77.667	238.323	32,6
Bahia	330.649	147.263	477.912	30,8
Rio Grande do Sul	63.927	28.253	92.180	30,6
Rio de Janeiro e Corte	363.940	146.069	510.000	28,6
Minas Gerais	463.342	168.543	631.885	26,7
Pernambuco	270.832	97.633	368.467	26,5
Brasil	2.488.743	1.107.389	3.596.132	30,5

Fonte: Osório, Helen. *Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista. Séc. XVIII*. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/29.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

Tabela 2 – População livre e escrava no Rio Grande do Sul

Ano	População total	População escrava	Participação relativa
1814	70.656	20.611	29%
1919*	92.180	28.253	31%
1846		30.841	
1858	282.547	70.880	35%
1859		73.749	
1860	309.476	76.109	24%
1861	344.227	77.588	22%
1862	276.446	75.721	27%
1863	392.725	77.419	19%
1872	434.813	67.791	15%
1874	462.542	98.450	21%
1881		81.169	
1883	700.000	62.138	8%
1884		60.000	
1885		22.709	
1887	944.616	8.430	0,8%

Fonte: BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 18 e *; OSÓRIO, Helen. *Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista. Séc. XVIII*. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/29.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

A estância e/ou a fazenda

Em *Os campos neutrais*, Anselmo do Amaral escreveu sobre a diferença entre estância e fazenda. Sobre a estância, disse que pertencia à “fase heróica” da vida rural. Com o avanço tecnológico e científico, com o apareci-

mento de estradas pavimentadas, em substituição aos antigos caminhos, com o aprimoramento das raças e a produção intensiva, a estância começou a desagregar-se. Somava-se a isso a dificuldade dos descendentes dos proprietários de se adaptarem aos novos empreendimentos, como os frigoríficos

que substituíram as charqueadas. O autor afirmou que a fazenda tem uma finalidade econômica definida e que a este tipo de exploração econômica os descendentes dos imigrantes italianos adaptaram-se com facilidade, substituindo, nos campos, o estancieiro em decadência.¹⁰

Para a historiadora Helen Osório a palavra “estância” não correspondia a propriedades de imensas extensões de terras, nem de enormes rebanhos. No caso platino, sem idéia de tamanho, expressava a unidade produtiva onde se criavam animais. Essa definição foi apoiada no dicionário de Moraes da Silva, em sua edição de 1789. Segundo o dicionário, “no sul da América, estâncias são terras com criação de gado vacum e cavalari”¹¹ (Fig. 1).



Fonte: Disponível em: <www.tradiciongaucha.com.ar>. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 1 – Estância, 1839, Carlos Morel

Em sua tese de doutoramento, *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura por-*

tuguesa na América, Helen Osório demonstrou, dentre os produtores rurais, a presença majoritária de lavradores; definiu estâncias como unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns e afirmou que 68% dos proprietários tinham, no máximo, quinhentos animais. Verificou a existência de uma variada gama de criadores de animais; a maioria dos estabelecimentos era mista, dedicados, ao mesmo tempo, à pecuária e à agricultura, sobretudo, do trigo e da mandioca; possuíam forte presença de mão-de-obra cativa.¹²

Dois dissertações trataram da arquitetura dessas propriedades rurais: *Estâncias e fazendas. Arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul*¹³ e *Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio. Século XIX*.¹⁴ Nenhuma das duas, entretanto, deu explicações para a palavra “fazenda”. A primeira, para definir estância, citou a seguinte explicação de Saint-Hilaire: “Chama-se estância no Rio Grande do Sul, uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos e mulas, e em certas porções, parte de carneiros [...]”

Na recente publicação *Arquitetura na formação do Brasil*, ao focar a região Sul, o professor J. N. B. Curtis não diferenciou “estância de fazenda”. Lembrou que a palavra “estância” tem origem no termo platino e servia para designar as fazendas missioneiras des-

de quando território espanhol; assim, no momento em que foram incorporadas ao domínio lusitano, continuaram com a mesma designação nos atuais territórios do Rio Grande e do sul de Santa Catarina.¹⁵

No presente texto não se fez distinção, utilizando-se as palavras “estância” e “fazenda” como sinônimos. Preferencialmente, utilizaram-se os nomes designados pela documentação primária e secundária.

O conjunto e a morada dos cativos

Sinteticamente, as estruturas ambientais levantadas nas propriedades pastoris e agrícolas puderam ser esboçadas conforme o que segue. Perto da sede, casa de morada do proprietário, sobretudo, o conjunto era composto pelos galpões, construção típica dos estabelecimentos pastoris, com funções domésticas e produtivas. Por exemplo, no caso das fazendas do Planalto, predominantemente, existiam três galpões: o primeiro, sem forro, de chão batido ou de piso em pedras irregulares, acolhia as despensas, bem como as casas de carne, de embutidos e de charque, os quartos de dormir de peões, de criadas e de escravas. O segundo, mais rústico que o anterior, tinha o calor

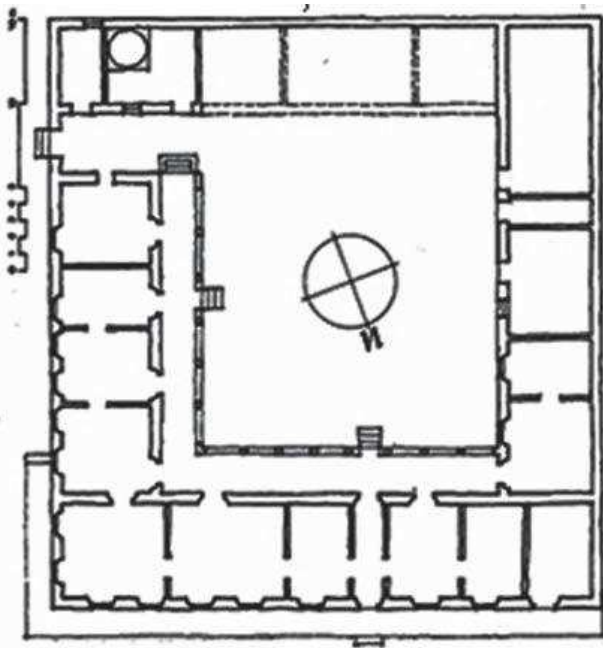
do fogo de chão, a casa dos arreios, os depósitos de sal, o quarto de hóspedes, às vezes, com piso e forro de madeira, e os quartos de peões. Mais precário, o terceiro galpão contava com estrebarias, currais, galinheiros, pocilgas, paios, depósitos de ferramentas e senzalas para os homens. A tafona, instalação dedicada ao fabrico da mandioca, situava-se em um dos galpões isolados ou anexa à casa principal. Depois, vinham as diferentes encerras para os animais, potreiros, mangueiras e currais (Fig. 2).



Fonte: Disponível em: < www.relinchando.com/.../CABALLOS_CIMARRONES.htm >. Acesso em: 19 jun. 2008

Figura 2 – *El Corral*. Juan Leon Palliere, 1862.

Geralmente, longe da morada principal, nos limites dos campos, ficava outra vivenda, para o chamado “posteiro”, empregado, familiar ou agregado, vigilante da propriedade. Entre outras atividades, ele se dedicava a impedir a fuga e o roubo dos animais e a entrada de desconhecidos.



Fonte: Desenho de Luís Henrique Haas Luccas. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp363.asp>>. 2006. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 3 – Planta baixa fazenda da Arvorezinha, Piratini - RS

O registro de senzalas tem sido reduzido. Essa quase inexistência de dados sobre os espaços destinados aos escravos pode ter várias razões. Em primeiro lugar, por segurança, as instalações destinadas aos cativos poderiam encontrar-se fora do perímetro da morada do senhor, principalmente as daqueles escravos que não trabalhavam no âmbito doméstico. Aí dormiam em um dos galpões, sendo também comum habitarem construções erguidas com materiais precários. Em segundo, os levantamentos realizados ainda não conseguiram investigar as antigas funções dos compartimentos atualmente

ocupados por outras atividades. Em terceiro, os trabalhadores livres que os demais dormiriam onde durante o dia exerciam o seu labor, como acontecia com o “negrinho de parede”,¹⁶ que, depois de alcançar, levar, trazer objetos e servir aos patrões e aos seus filhos, adormecia na sala, conforme Saint-Hilaire comentou em sua visita ao sul do país no início da segunda década do século passado.¹⁷

É possível também que as mucamas dormissem aos pés de suas sinhas, assim como as cozinheiras se aconchegassem perto do calor do fogo no chão das cozinhas. Nas vivendas senhoriais, quatinhos trancados apareceram no pavimento térreo de sobrados, como, por exemplo, na fazenda da Palma, em Pelotas; em pequenos quartos, com uma única porta aberta ao exterior, como na estância do Cristal, em Canguçu; e em peças fechadas em relação ao espaço externo e abertas ao pátio interno, como na fazenda da Arvorezinha, em Piratini (Fig. 3). Habitualmente, nos sobrados, o térreo era destinado aos cativos e aos animais domésticos; o pavimento superior, ao senhor e à sua família.

As sedes

Guardadas as especificidades das épocas e dos lugares, a instabilidade dos alojamentos encontrou equivalên-

cias no continente ibero-americano. Em 1801, Felix Azara, geógrafo, naturalista, historiador, oficial da Marinha espanhola e chefe da comissão dos limites no Paraguai entre 1781 e 1801, sobre as habitações, fez a seguinte observação:

Suas habitações se reduzem geralmente a ranchos ou choças cobertas de palha, com paredes de paus verticais fincados na terra e rejuntados com barro, sem caiação; e na maioria, sem portas nem janelas, se não quando muito, de couro. Os móveis são pelo comum um barril para água, uma guampa para bebê-la e um assador de pau. Quando muito acrescentam uma panela e um banquinho, sem toalhas, nem nada mais [...] e suas asquerosas habitações estão sempre rodeadas de montões de ossos e carne podre [...] (Fig. 4).



Fonte: Disponível em: < www.tradiciongaucha.com.ar >. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 4 – Descrições: Rancho no campo e interior de um rancho - 1880. José Aguyari

Além do pau-a-pique, outra técnica construtiva utilizada inicialmente foi a construção de ranchos de torrão, onde as paredes eram levantadas pela sobreposição de placas de grama com a terra agregada às suas raízes (leivas), com cobertura usual de capim santa-fé.¹⁹

Estrategicamente, os sesmeiros centralizavam as sedes no alto das coxilhas, de onde olhavam e vigiavam todos os lados da extensa propriedade rural, até a linha sinuosa do horizonte, marcada pelas coxilhas e o infinito do céu. É exemplo desse tipo de implantação de casa a fazenda Cristal, em Canguçu; Arvorezinha, em Piratini, e da Figueira, em Camaquã, esta construída em 1795 (Fig. 5).



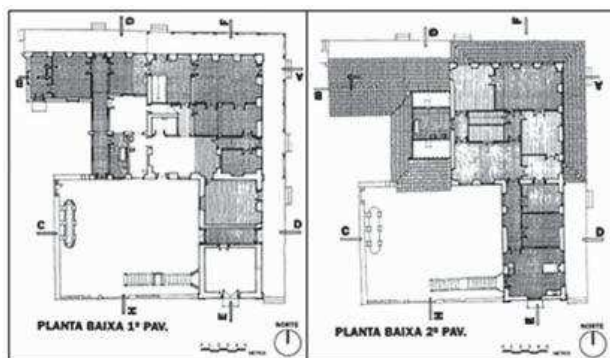
Fonte: Fotos de Luís Henrique Haas Luccas. Disponível em: < www.vitruvius.com.br/.../arq000/esp363.asp >. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 5 – Fazenda Arvorezinha, Piratini, e da Figueira, Camaquã - RS

Outra solução constante foi a de orientar as fachadas frontais de leste a norte; ao mesmo tempo, privilegiava a entrada do sol nos melhores cômodos. Nos fundos, as áreas de serviços, orientadas entre o sul e o sudoeste, ficavam protegidas dos ventos pampeiros e minuanos através da plantação de pomares e de caponetes.²⁰

Usualmente, em um apêndice fora da sede, ficava a cozinha do senhor e, mais afastada ainda, no quintal ou no galpão, havia a cozinha suja, com o forno de pão e o poço de água. Nos sobra-

dos, uma escada externa unia as duas cozinhas (Fig. 6).

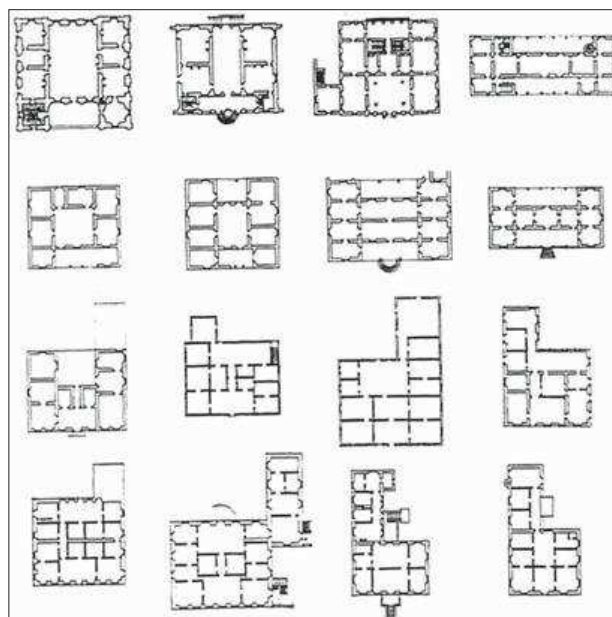


Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense*. 2. ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2001. p. 205-206.

Figura 6 – Plantas de Casa da Estância e Charqueada do Br. do Jaraú, Pelotas - RS

O número de quartos era reduzido, não passando de 11. As capelas foram raras, sendo comum dispor de um oratório num dos compartimentos da morada.²¹

As casas térreas foram as mais frequentes. Geralmente, tinham a planta em forma de “U”. Quase sempre, as residências senhoriais possuíam um recinto descoberto no interior da construção. As paredes que limitavam esse pátio eram menos vazadas por esquadrias e mais espessas que as externas da residência (Fig. 7).



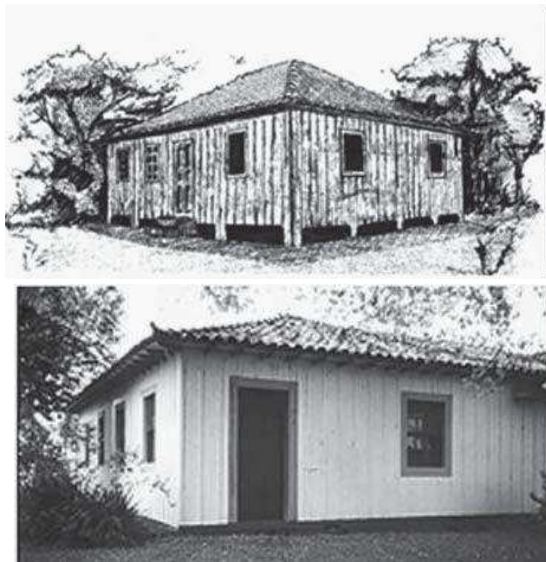
Fonte: LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e fazendas. Arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997. p. 128.

Figura 7 – Plantas baixas de sedes de estâncias - RS

Essa constatação levou o professor Günter Weimer a levantar a hipótese de que os senhores rio-grandenses protegiam-se de seus escravos mais que do perigo externo.²² Exatamente por uma questão de segurança, dificilmente os cativos que não eram domésticos entrariam na casa do senhor. Dependendo da situação, poderiam ocorrer outras alternativas funcionais, em especial nos dias de festa, de marcação do gado, de rodeios e de corridas.

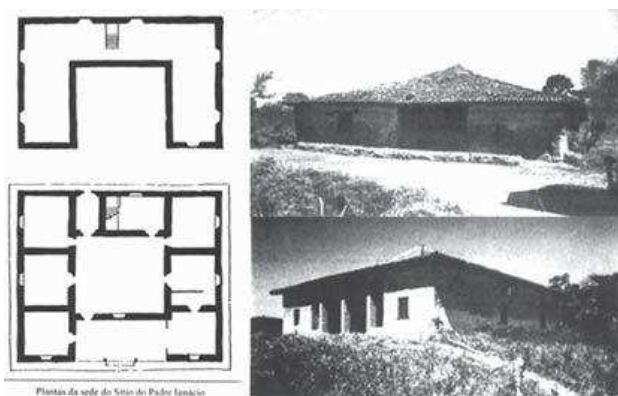
Por um lado, a maioria das viviendas foi erguida em alvenaria de tijolos cozidos; depois, em menor número, de pedras. No Planalto foram observadas sedes com paredes de pau-a-pique e de madeira (Fig. 8). Nenhum registro

existe sobre a taipa de pilão. Portanto, a taipa de pilão, técnica utilizada em São Paulo, não teve influência no Planalto Médio, nem alcançou a área da fronteira. Raro foi o uso dessa técnica construtiva no sul.



Fonte: Desenho de Nery Luiz Auler da Silva, disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha104.gif>> e foto de Luís Henrique Haas Luccas, disponível em: <www.vitruvius.com.br/.../arq000/esp363.asp>. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 8 – Sede das fazendas do Juriti, em Santa Bárbara, e do Socorro, em Vacaria - RS



Fonte: Disponível em: <http://www.cotianet.com.br/turismo/Padre_Inacio_lphan_.htm>. Acesso em: 19 jun. 2008.

Figura 9 – Plantas e fotos da casa do sítio do padre Inácio - SP

A influência da casa bandeirante foi constatada na disposição dos ambientes que compunham as sedes das fazendas. Independentemente do fato de as plantas baixas apresentarem as formas de “U”, de “L”, ou outra, não há como negar que quase que permanentemente se sobressai o retângulo dos paulistas²³ (Fig. 3, 7 e 9).

Com o passar do tempo, sobretudo as propriedades situadas perto da fronteira enriqueceram-se com a manufatura das carnes; abriram-se ao exterior, conectando-se com Buenos Aires e Montevideu; adotaram repertório eclético, de características clássicas.²⁴ Por isso, é possível fazer a seguinte afirmação: “Observou-se que as tipologias de bases tendendo ao quadrado, extensas, derivam de uma tradição de ‘villas’ rurais, muitas vezes autônomas em relação ao seu contexto, nos casas onde há um exacerbamento racional e geométrico.”²⁵

Ao lado das influências platinas, para a implantação e definição da arquitetura da sede das estâncias pesou a formação, o imaginário de seus proprietários. Também as sedes das fazendas fizeram parte das táticas e estratégias de austeros tempos de guerras pela posse das terras e dos animais, contra os castelhanos, os nativos e os de outras parciaisidades.

Caso seja factível realizar esse tipo de reflexão, as primeiras moradas dos estancieiros representam mais fortalezas do que *villas*, correspondendo a determinado classicismo de base

tratadística, de era de milícia. Por um lado, é provável que os que pertenciam formalmente às forças da Coroa lusitana e ganharam terras tivessem passado pela Aula de Fortificações e Arquitetura Militar²⁶ em Lisboa, ou ainda, quem sabe, concluído estudos na Aula de Fortificação do Rio de Janeiro, da Bahia ou de Pernambuco.

Além disso, os homens das forças de ordenanças não tinham formação acadêmica, mas espírito e força militar. Liderar o seu próprio bando poderia implicar uma determinada liberdade perante a hierarquia colonial estabelecida e, ao mesmo tempo, uma autoridade forte diante de sua tropa. De primeiro, a construção tinha base militar, geométrica, despojada (Fig. 3, 5, 7 e 19). Na segunda metade do século XIX, as casas dos senhores receberam ornamentos, chegando a um ecletismo de características clássicas, corrente nas propriedades junto à fronteira meridional, ao lado do estabelecimento de charqueada e uma olaria.²⁷ Com mais facilidade que as taipas, as alvenarias de tijolos aceitavam a ornamentação (Fig. 10).



Fonte: Fotos de Luís Henrique Haas Luccas. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/.../arq000/esp363.asp>. 2006. Acesso em: 19 jun. 2008

Figura 10 – Estâncias do Seival, Caçapava do Sul, e do Cerro Formoso, Lavras do Sul - RS

Apesar dessa ornamentação, as sedes sulinas permaneceram modestas em comparação, por exemplo, às da cultura da cana. Ambas as culturas, a do açúcar e a da salga, nos períodos de baixa produção investiram na construção de imóveis. No Nordeste realizaram-se as obras nas sedes dos engenhos, com moradas com mais de duas dezenas de quartos de dormir; capelas destacadas, fartamente decoradas.²⁸ No limite sulino, foram erguidos palacetes nos centros urbanos.²⁹ Focando as fazendas pastoris do município de Soledade, entre 1867 e 1883, Maria Beatriz Chini Eifert observou, até entre os mais ricos proprietários, a pobreza das casas, do mobiliário e dos utensílios.³⁰

Salvo engano, resgatando o que foi considerado em “A arquitetura racionalista e a tradição brasileira”,³¹ a arquitetura das casas de moradas dos senhores nas estâncias gaúchas pode ser considerada um dos caminhos para a arquitetura racionalista no Brasil meridional. As guerras representavam o incontrolável. As sedes das fazendas do Sul não tinham uma relação serena com o meio, pois constituíam um refúgio diante do caos. Por isso, foram erguidos volumes densos, fortes, de paredes grossas, de poucos traços e de muito corpo, onde o cheio predominava sobre o vazio; a massa, sobre o espaço; a matéria, sobre a luz; o todo, sobre o detalhe. Na sede da propriedade, o senhor podia olhar em volta e sentir-se seguro³² (Fig. 11).



Fonte: Foto de Jesus Bento Martins, disponível em: < www.resenet.com.br/ahimtb/images/festcristal.jpg > e foto de Luís Henrique Haas Luccas, disponível em: <www.vitruvius.com.br/.../arq000/esp363.asp>. Acesso em: 19 jun. 2008

Figura 11 – Fazenda do Cristal, Canguçu - RS

A escravidão nos campos da Colônia

Sobretudo apreciando a “Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente”, realizado entre

1784 e 1785, em “Estrutura agrária e ocupacional”, Helen Osório mostrou a que título as pessoas ocupavam o território (sesmaria, data, posse, arrendamento, concessão do governador), apontando 1.564 pessoas, das quais 52% foram classificadas como “lavradores”, com média de 61 reses; 14%, como “criadores”, com média de 852 reses; 8%, como “criadores e lavradores”, com média de 1.041 reses; 5%, como “dedicava-se mais a lavoura que a criação”, com média de 104 reses; 16% não tiveram a ocupação informada; 5% designavam outras atividades³³ (Tab 3).

Tabela 3 – Quadro do percentual da classificação dos proprietários, média do número de reses e de cativos, percentual do patrimônio (cativos, equipamento, terras, rebanhos), RS - 1765-1825

Classificação	%	Média do nº de reses	Média do nº de cativos	% cativos	% Patrimônio equipamento	% Terras	% rebanhos
Lavradores	56	61					
Mais à lavoura que à criação	5	104	7	30	3	41	26
Criadores	14	852					
Criadores e lavradores	8	1041	22	17	1	35	47
Sem informação	16	-	-	-	-	-	-
Outras atividades	5	-	-	-	-	-	-

Fonte: OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. I, p. 153-87. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

Em apenas dois distritos – Encruzilhada e Cerro Pelado – local onde estava sendo estabelecido um sítio salgador, não foram encontrados lavradores. Portanto, 65% das propriedades tinham agricultura. Os lavradores e aqueles que se “dedicavam mais à lavoura”, quer dizer, 49%, foram identificados como “casais do número”, ou seja, açorianos, neste caso com datas

de terras nunca superiores a um quarto de légua quadrada (272 ha). Os “criadores” e “criadores e lavradores” foram os presenteados com as sesmarias de terras, extensões de, no máximo, três léguas em quadro (13.068 ha), geralmente dadas a homens com liderança militar (Tab. 3).

Foi possível perceber a complexidade e a diversidade da sociedade rio-

grandense pela existência de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, onde a lavoura era dominante em relação à criação e onde a presença de cativos foi constante entre os vários extratos. Em 1785, 7% dos que receberam as sesmarias tinham 59% do rebanho total. Entre 1865 e 1825, 9% dos proprietários que possuíam mais de vinte cativos detinham 37% de todos os escravos existentes.

A mais frequente das ocupações entre a mão-de-obra escravizada eram os “campeiros” ou “peão de campo”, que, juntos, representavam 37,7% do plantel, valiam 20% a mais que os restantes e possuíam média de idade de 24 anos. Desses, 58% tinham nascido no Brasil. Depois, apareciam os domadores; a seguir, os roceiros e os lavradores. Também foram anotados sapa-teiros, carpinteiros e alfaiates. Entre os africanos havia angolas, banguelas, cabinda, cassange, costa, mina, congo e moçambique³⁴ (Fig. 12).



Fonte: O Brasil de Rugendas. 100 pranchas coloridas. Belo Horizonte Itatiaia - 1998.

Figura 12 – Africanos no Brasil: mina, beguela, cabinda, angola e moçambique. Johann Moritz Rugendas

Os números iniciais da escravidão da fronteira sulina mostram que junto à exploração pastoril estava a produção agrícola e que a primeira detinha as maiores porções de terras e o maior número de animais e de trabalhadores escravizados. Diversas tarefas foram executadas pelos cativos, quer nas lides campeira, quer na agricultura. Também desde o começo se percebeu a ausência de escravos tropeiros. Pouco a pouco, as pesquisas sobre a escravidão sulina vão desnudando as tradições fartamente inventadas.

Possivelmente, esta seja uma das grandes lacunas na historiografia do Rio Grande: o trabalho cativo, sobretudo, nas zonas rurais. Alguns autores tratam da liberdade dos escravos de cavalgar livremente pelos campos, tropeando; outros subtraíram a presença do trabalhador feitorizado, e alguns abrandaram a servidão gaúcha e divulgaram a benignidade deste cativo. Para estes, o espírito democrático pastoril levava os escravizados a serem mais bem tratados que no restante do Brasil. Em 1927, Salis Goulart escreveu: “A democracia rio-grandense, por conseguinte, adoça, humaniza entre nós a nefanda instituição.”³⁵

A escravidão nas fazendas do planalto

Ao tratar da arquitetura de 14 das antigas fazendas localizadas no Caminho Novo da Vacaria, via para as tropas de muares que se dirigiam à

feira de Sorocaba, Nery Luiz Auler da Silva, em *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - Século XIX*, apresentou quatro tabelas com informações sobre os cativos³⁶ (Tab. 4 a 7).

Tabela 4 – Relação dos escravos na fazenda de Athanagildo Pinto Martins. Planalto Médio - RS, 1857

Nome	Idade	Cor	Preço	Obs.
1. Caetano	36	Nação	700:000	
2. Tobias	22	Criolo	700:000	
3. Benedito	18	Criolo	700:000	
4. Fernando	52	Mulato	500:000	Casada
5. Marcelino	14	Mulato	400:000	
6. Manoel	14	Mulato	250:000	
7. Inácio	60	Nação	250:000	
8. João	50	Nação	250:000	
9. José	50	–	200:000	
10. João	56	Criolo	200:000	Aleijado
11. Joaquim	24	Nação	100:000	Cego
12. Adriana	13	Mulata	600:000	
13. Theodora	35	Mulata	500:000	
14. Fabiana	35	Criola	400:000	Casada
15. Raquel	16	Criola	400:000	
16. Felisbina	14	Criola	400:000	
17. Maria	–	Criola	400:000	
18. Galdina	06	–	80:000	Aleijada

Fonte: SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - século XIX*. Porto Alegre: Evangraf, 2003. p. 183.

Tabela 5 – Relação dos escravos nas fazendas do Pinhal, S. João Mirim, Mont'Alvão e na casa na cidade de Cruz Alta do Barão de Ibicuí. Planalto Médio - RS, 1879

Nome	Idade	Filiação	Cor	Preço	Lugar onde se encontra	Obs.
1. Salvador	32		Preta		Pinhal	
2. Serafim	31			800:000	Pinhal	
3. Lourenço	10			500:000	Pinhal	
4. Thomaz	08			400:000	Pinhal	
5. Eva	17	Roberta	Preta	600:000	Pinhal	
6. Mia Acana	43			500:000	Pinhal	
7. Marcolina	13		Parda	450:000	Pinhal	
8. Inácia	09			250:000	Pinhal	
9. Eva	11	Maria	Preta	500:000	Pinhal	
10. Bibiana	47			100:000	Pinhal	Aleicida
11. João	13		Preta	450:000	Mont'Alvão	
12. Mathias	18		Preta		Mont'Alvão	
13. Afonso	18		Preta		Mont'Alvão	
14. Eva	29		Preta		Mont'Alvão	
15. Paula	17		Parda	400:000	Mont'Alvão	
16. Manuel	15		Preta		Mirim	
17. Raimundo	20		Preta		Mirim	
18. Marciano	14		Preta		Mirim	
19. Cesário	11		Preta		Mirim	
20. Antônio	56		Preta		Mirim	
21. Antônio	56		Preta		Mirim	
22. Basílio	08				Casa C. Alta	
23. Marciano	30				Casa C. Alta	
24. Lusi	30				Casa C. Alta	
25. Custódio						
26. Antônio	32			600:000		
27. Manuel	15			800:000		
28. Salvador	32		Preta			Fugido
29. Cristiano	20		Preta			Fugido

Fonte: SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - Século XIX*. Porto Alegre: Evangraf, 2003. p. 168-169.

Tabela 6 – Relação dos escravos na fazenda Santa Rita do Conde de Porto Alegre. Planalto Médio. RS, 1875

Nome	Idade	Filiação	Cor	Preço	Profissão	Obs.
1. José	14		Preta	600:000		
2. Thomé	27	Valéria	Preta		Campeiro	Hença
3. Severiano	14	Barbosa	Preta		Campeiro	Hença
4. Januário	29	Valéria	Preta		Campeiro	Hença
5. Otília	16		Parda	700:000		
6. Luiza	50		Preta	600:000		
7. Romana	40		Preta	600:000		
8. M das Dores	16		Preta	600:000		
9. Alvina	10		Preta	500:000		

Fonte: SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - Século XIX*. Porto Alegre: Evangraf, 2003. p. 124.

Tabela 7 – Relação dos escravos na fazenda Triunfo de João Medeiros de Farias. Planalto Médio - RS. 1875

Nome	Idade	Filiação	Cor	Preço	Profissão	Naturalidade	Aptidão	Obs.
1. Clemente	44	Irreconhecida	Preta	800:000	Roceiro	Rosário	Todo	Compra
2. Elay	14	Faz. S. Rita	Preta	600:000	Campeiro		Leve	Compra
3. Albino	24	Irreconhecida	Preta	500:000	Campeiro		Todo	Compra
4. Francisco	72	Irreconhecida	Preta	250:000	Roceiro	Africano	Leve	Herança
5. Josefa	28	Desconhecida	Parda	600:000	Lavadeira			Compra
6. Isabel	15	Faz. Cartana	Parda	600:000	Lavadeira			Compra
7. Eva	82	Irreconhecida	Preta	50:000	Cozinheira	Africano	Leve	Herança

Fonte: SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - Século XIX*. Porto Alegre: Evangraf, 2003. p. 152.

No total somaram 63 trabalhadores escravizados, dos quais 18 (29%) eram mulheres; sete (11%) estavam abaixo de 12 anos, tendo o mais velho 72 e o mais jovem, oito anos. No caso delas, a mais idosa estava com 82 e a mais moça, com seis; os homens tinham média de idade de 24 e as mulheres, de 26. Seis deles (13%) conseguiram sobreviver até mais de cinquenta anos; três delas (17%) até mais de sessenta anos. Em cinco (8%) constava o nome de um de seus pais.

No caso do inventário de Farias, a filiação foi parte preenchida com a palavra “irreconhecida”, que dá indícios de serem de origem africana, porque a outra parte informou sobre o lugar de nascimento, as fazendas Santa Rita e Carina. Apenas o “mulato” Fernando, 52 anos, e a “criola” Fabiana, 35, casaram. Para ser chamada de “criola”, Fabiana teria nascido no Brasil, coincidentemente, no ano da independência, 1822. Caso tivesse nascido na África,

seria chamada de “nação”. Independentemente do sexo, os mais velhos e os mais moços custavam menos; os homens tinham o preço maior que o das mulheres. Eram campeiros e roceiros; e as mulheres, lavadeiras e cozinheiras. Do que foi anotado, a propriedade com mais números de escravos teve 18, e a de menor, quatro; a média de escravos foi de nove.

Em *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*, Maria Beatriz Chini Eifert encontrou 113 cativos, distribuídos em 21 propriedades do município, o que significa média de seis trabalhadores escravizados por propriedade.³⁷ O maior plantel era de 17 cativos, e as mulheres representavam 25%. Mesmo considerando que não tenha encontrado registros objetivos da produção de erva-mate, a autora indicou, em razão da existência de numerosos cativos nas fazendas onde existiam soques de erva-mate, que esse trabalho era realizado

também pela mão-de-obra escravizada.³⁸ Nessas fazendas os cativos eram campeiros e domadores; trabalhavam na agricultura de subsistência, plantando feijão, trigo, mandioca, milho; realizavam trabalhos domésticos. Das oito fazendas em que contou o número de proprietários livres, a autora somou 79 pessoas.³⁹ A relação numérica entre os donos e os escravizados era desfavorável.

Mesmo ao final do regime escravista, esses números não diferiram em muito do encontrado nos tempos coloniais, comprovando o fôlego da escravização do Rio Grande rural. O aparecimento de roceiros reforçou a tese da presença da agricultura nas unidades pastoris. Mais uma vez, a presença de campeiros e de domadores e a total ausência de tropeiros entre os escravizados mostram que circular pelo Rio Grande levando e buscando tropas de animais, sobretudo, era atividade destinada a homens livres.

A escravidão em algumas estâncias e charqueada da fronteira meridional

Em *Os filhos da escravidão*, Agostinho Dalla Vecchia colheu depoimentos de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande que expuseram as seguintes falas:

Tudo quanto era serviço, desde “tirá” o leite, corta a lenha, trabalhava na lavoura, “plantá” milho, batata, feijão, abóbora, melancia, moganga pepino [...]. Foice, picareta era no bruto que eles usavam. Derrubavam matos e matos [...]. Aquele calorão, não podiam “limpá” o suor. Lá as mães pra “trabaiá”, sempre traziam preso num caixote. [...] tudo mijado. Mamadeira não tinha, era guampa [...]. No que pudesse “agarrá” no... enxada, [...] “garrava vassora” [...] faziam cerca de pedra [...] abriam enormes “vala”.

Quanto aos campeiros: “Tinha que ‘cuidá’ de toda a fazenda, ‘né!’ ‘Recorrê’ os ‘animal’ no tempo de ‘marcá [...] quemá’ os campos [...] ‘amassá tijolo’. Era feito com os pé, como esse aqui.”⁴⁰

As memórias não reviveram os mitos criados, aqueles da sensação de liberdade, das longas cavalgadas pelos campos do Sul, nenhuma lembrou os trabalhos de tropeiros. Nas estâncias, junto à fronteira meridional, para confirmar a regra, uma única exceção apareceu, o tropeiro cativo de João Simões Lopes (Tab. 8 e Fig. 13).

Tabela 8 – Relação dos escravos nas estâncias e charqueadas. Região Meridional do Rio Grande do Sul

Estabelecimento/ Proprietário	Graça		Moreira	Costa	Pavão	
	João/Eufrásia		Leonídia	M ^a Augusta	João/Joaquina	
Ano	1853	1857	1867/1877	1845	1823/1849	
Charqueador					14	
Carneador	22	26	22		13	06
Salgador	01		12			
Graxeiro	01			06		
Descarneador	01	02	03			
Servente	24	08	05	36		
Chimango			15	17		
Marinheiro	07	07	07	16	04	01
Escrava	[11]	[10]	11	17	11	08
Tropeiro	01					
Campeiro	04	11	07	04	15	
Cozinheiro	02		03		02	01
Alfaiate	01	01	01			01
Carpinteiro	02	01	04		01	01
Marceneiro			01			
Taipeiro	01					
Pedreiro	01		01		01	
Costureira		02				
Lavadeiro			01			
Boleiro			01			
Sapateiro			01		02	
Falquejador					01	
Escravos de ofício				09		
Sem informação	11		40		02	12
Crianças		03	04	07		
Em outro local			11	03		
Total	79	61	150	115	66	30

Fonte: APRGS. Processos de Inventários. 1823-1877.

Enfim, as reminiscências descreveram as árduas e diferentes tarefas dos cativos relativas aos campos. Além disso, ficou a recordação do exaustivo trabalho nas olarias. Tradicionalmente, desde a escravidão na Antiguidade, retirar, amassar, moldar e assar o barro eram tarefas reservadas aos escravizados. Logicamente, as olarias

situavam-se na propriedade junto à abundância de argila.

Nos estabelecimentos onde atividades pastoris, agrícolas e salgadoras se juntavam, duas paisagens se fundiam. A primeira repetia as estruturas ambientais das fazendas; a segunda, junto a algum curso de água, expunha o estabelecimento da matança, com

suas próprias mangueiras, galpões e demais estruturas.

No caso das estâncias do Sul, muitas delas, junto ao trabalho pastoril, à fabricação do charque e de seus subprodutos, ocorria também o trabalho nas olarias. Nessas propriedades, os cativos destinados aos trabalhos de campo representavam em torno de 9%; os de ofício e domésticos estavam presentes em mais 9%; os restantes eram designados à manufatura e ao transporte embarcado das carnes.



Fonte: Foto Studio Zago, 2002.

Figura 13 – Sede da Estância e Charqueada da Graça. (João Simões Lopes) Pelotas - RS

Mesmo abstraindo os trabalhadores dedicados à salga, o número de escravizados foi significativamente maior nas estâncias do Sul que nas fazendas do Planalto. Proporcionalmente, o número de mulheres (16%) e de crianças (média de 2%) era menor na fronteira.

Esses dados demonstram que os proprietários preferiam comprar no-

vas “peças” do que apostar na reprodução do seu plantel. O maior número de trabalhadores escravizados foi 150; o menor, 30; a média, 84.⁴¹ Certamente, essas unidades onde os animais eram criados e salgados possuíam mais trabalhadores feitorizados que as demais. A quase total ausência de crianças e as poucas mulheres são indícios do tipo de vista imposta aos cativos nos estabelecimentos de salgar.

A escravidão nas charqueadas e olarias

A escravidão nos estabelecimentos charqueadores, possivelmente, tenha sido a mais violenta e a maior, onde as condições de salubridade eram as piores – sobretudo no encontro do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, ligação natural entre as lagoas dos Patos e Mirim. Neste local os portugueses assentaram o cerne de sua produção saladeiril; uma ao lado da outra, cerca de trinta fábricas produziam ao mesmo tempo. Possivelmente, este lugar tenha sido o principal palco da escravidão sulina.

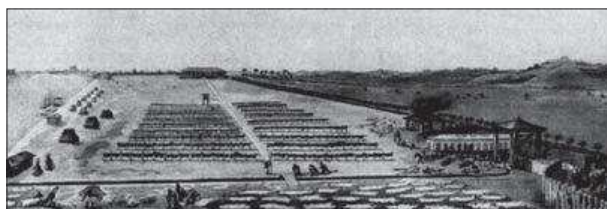
A paisagem histórico-cultural dos estabelecimentos charqueadores era composta por terrenos compridos e estreitos, cortados por um ou dois caminhos, formando os poteiros dos fundos, do meio e o terreno ribeirinho. Hortas, pomares de espinhos e olarias geralmente se situavam junto às vias.

A casa do charqueador e o espaço destinado à produção das carnes salgadas, das graxas, dos sebos e dos couros ficavam junto às águas, que serviam para lançar os dejetos, importar sal, trabalhadores escravizados; exportar charque e seus subprodutos, sobretudo o couro, a graxa e o sebo. Como nas estâncias, nas salgas o galpão foi o tipo de construção mais utilizado (Fig. 14).



Fonte: Acervo Charqueada Santa Rita.

Figura 14 – Galpão da Charqueada Santa Rita. Pelotas - RS



Fonte: DEBRET, Jean Baptista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Figura 15 – A charqueada. Pelotas - RS. Jean Baptista Debret



Fonte: Acervo Museu do Charque. Pelotas. RS.

Figura 16 – Trabalhadores da carne salgada. Xilogravuras de Danúbio Gonçalves. Charqueada São Domingos. Bagé - RS (1953)

Ao contrário das propriedades pastoris e agrícolas, as sedes dos estabelecimentos charqueadores situavam-se na parte mais baixa, nas margens ribeirinhas. Ao lado das casas, seguindo o sentido das águas, estavam a mangueira de matança, a cancha, o galpão, os varais, a graxeira, os tanques para os couros. Completava o conjunto saladeiril um pequeno porto (Fig. 15).

No Sítio Charqueador Pelotense, nas safras, devem ter estado reunidos perto de dois mil trabalhadores escravizados (Fig. 16). Por estabelecimento, eram mortos entre duzentos e seiscientos animais por dia. Metade do boi era jogada nas águas; excrementos, vísceras, gorduras e sangue eram disputados por moscas e cães. Junto com a lenha, ossos abasteciam o fogo em que as gorduras ferviam, exalando fumaças escuras, com odores nauseabundos. Tudo cheirava mal.

Os totais de escravos constantes na Tabela 9 permitiram calcular as seguintes médias para o plantel das fábricas de salgar carne: até os anos de 1850, 56; na década de 50, 59; de 60, 55; de 70, 34; até a emancipação da população servil, em Pelotas, no ano de 1884, 65; e a média total de todo o período é de 54.

O resultado parcial não permitiu verificar a diminuição de cativos a partir da extinção do tráfico em 1850. Nas análises individuais do plantel dos estabelecimentos constatou-se, a partir de 1850, a diminuição de escravos somente nas fazendas e estâncias. Nos estabelecimentos de charque situados nas margens do São Gonçalo e do Pelotas não pôde ser caracterizada essa tendência.⁴²



Fonte: ADONIAS, Isa. *MAPA: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993. p. 332 e 253. [LLOYD, William, (1822-1905) Aquarelas].

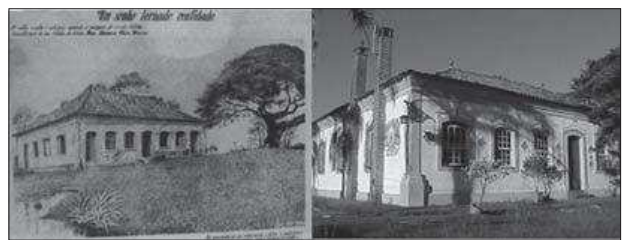
Figura 17 – Barco sinaleiro empregado na navegação do canal da barra do Rio Grande - RS e Cais de estacada no Rio Grande - RS

Em cada empresa, a população servil oscilava entre 21 e 127 pessoas; nos demais empreendimentos rurais aparecem os cativos campeiros e não constam os tropeiros. Pouco mais da metade dos saladeiristas possuíam cativos marinheiros. Portanto, os trabalhadores servis ocupavam-se da produção desde o momento em que as reses chegavam às charqueadas até o transporte dos produtos, pelo menos, até o porto de Rio Grande. Em alguns casos,

os cativos marinheiros alcançavam outros destinos marítimos (Fig. 17).

A presença de olarias e a ausência de oleiros responderam à questão sobre o que faziam os escravizados na entressafra do charque: fabricavam tijolos e telhas. Portanto, esses cativos passavam os meses quentes do ano cobertos pelo sangue e pelo sal e os meses frios, envoltos no barro.⁴³

Foram construídas vivendas senhoriais em linguagem luso-brasileira, conhecidas como coloniais, térreas e sobrados. Essas características se mantiveram até meados do século XX, quando algumas das residências, localizadas junto ao arroio Pelotas, receberam enfeites das moradas urbanas demolidas e adotaram o estilo neocolonial. Dessa forma, mantiveram as lembranças dos tempos de cativo (Fig. 18).



Fontes: NEVES, Ilka. *Domingos José de Almeida e sua descendência*. Porto Alegre: Edigal, 1987; foto da Autora, 2003.

Figura 18 – Sede da charqueada Bernardino Rodrigues Barcellos. Pelotas - RS

Em Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888), Jorge Euzébio de Assumpção dedicou um capítulo aos

castigos. Aí citou os instrumentos de tortura, como a palmatória, o açoite, a máscara de Flandres – para os fujões –, a gargalheira, a calceta – utilizada nos tornozelos –, os grilhões e vira-mundos – que prendiam os pés e as mãos. Pela análise documental conclui-se que os charqueadores colocavam-se acima da lei e/ou a tomavam com as próprias mãos: davam ordens para açoitar e matar quem fugisse; contratavam capitães-do-mato para esses serviços. A ação dos mercenários captadores a serviço dos senhores atingiu forma indiscriminada e independente, revelando a punição em caráter privado.⁴⁴

A insatisfação dos escravizados foi demonstrada pela resistência, muitas vezes violenta. Entre essas estava o justiciamento, que causava pânico entre os brancos livres. A mais frequente ação de resistência foi a fuga: parte escapava para viver na República vizinha ou como liberto na cidade; outros constituíam quilombos. As insurreições e os assassinatos também constituíram formas de resistir ao trabalho servil.⁴⁵

Considerações finais

A rápida reflexão sobre algumas propriedades rurais do atual estado do Rio Grande do Sul reafirmou a presença, desde os tempos coloniais, de trabalhadores escravizados africanos e afro-descendentes. Duas paisagens se

apresentaram: a das estâncias e fazendas e a das charqueadas. Nas estâncias e fazendas, as sedes eram assentadas nos patamares mais altos; logo a seguir vinham os galpões, para todo uso; as mangueiras, os currais, os poteiros, nos campos; por fim, nos limites, estavam as casas com seus posteiros.

Nas charqueadas a perspectiva da sede e da fábrica de salgar no terreno ribeirinho era outra. No caso do Sítio Charqueador Pelotense não existia a área de criação; constituiu uma área fabril, com um estabelecimento ao lado do outro. Havia de um a três poteiros; marginal, o gado era morto na mangueira de matança, esfolado e esquartejado nas canchas, charqueado nos galpões, empilhado, estendido nos varais e, num pequeno porto, embarcado para comercialização. Essa paisagem histórico-cultural desenhou-se com traços macabros. Literalmente, revelou uma das mais sangrentas escravizações.

Tanto no Planalto, como na da fronteira sulina, as propriedades pastoris e agrícolas apresentaram programa e tipo de implantação semelhante. Nelas, de início, as plantas das casas foram executadas dentro de certo classicismo, de era de milícia. A linguagem era a luso-brasileira. Em especial, nas propriedades mais perto da fronteira, a partir da segunda metade do século XIX, a influência platina conduzia a que um tanto delas recebesse uma de-

coração eclética, sobretudo, de características clássicas. Um século depois, algumas sedes das salgas receberam enfeites provenientes de demolições urbanas e lembraram os tempos de escravidão por meio do estilo neocolonial. As diferentes paisagens histórico-culturais rurais foram reveladoras de diversa exploração da mão-de-obra escravizada de africanos e afro-descendentes. Até hoje, como um colar de pedras preciosas, as casas das antigas salgas continuam marcando as margens no encontro do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, ligação natural entre as lagoas Mirim e dos Patos, no sul do continente americano. Nessas terras alagadiças, a paisagem histórico-cultural traz a memória dos tempos da matança e do lugar de maior concentração de cativos na fronteira meridional do Brasil.

Abstract

This paper talks about African and Afro-descendent slaves in rural areas of what is today the state of Rio Grande do Sul, Brasil. The different historic-cultural rural sceneries – the fields of the colony, the farms of the plateaus, the ranches and “charqueadas” of the southern border – reveal the diverse and intense exploitation of slave labor.

Key words: Alave. Architecture. Rural.

Notas

- ¹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 39.
- ² MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 33.
- ³ MONTI, Verônica Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p. 37.
- ⁴ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 40.
- ⁵ MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993. p. 26-28.
- ⁶ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Ed. FURG, 1984. p. 67.
- ⁷ OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. I. p. 161
- ⁸ MAESTRI, op. cit., 2006, p. 44-46.
- ⁹ MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril riograndense. In: MAESTRI, Mário (Coord.). *O negro e o gaúcho*. Estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2008. p. 174.
- ¹⁰ AMARAL, Anselmo. *Os campos neutrais*. Santa Vitória do Palmar: Oficinas de Planus Artes Gráficas, 1972. p. 137.
- ¹¹ OSÓRIO, op. cit., 2006, p. 154.
- ¹² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 1999.
- ¹³ LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e fazendas*. A arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- ¹⁴ SILVA, Nery Luiz Auler da. *Antigas fazendas sulinas: no caminho das tropas do Planalto Médio - Século XIX*. Porto Alegre: Evangraf, 2003.
- ¹⁵ CURTIS, J. N. B. Arquitetura e economia do gado na região Sul. In: BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (Coord.). *Arquitetura na formação do Brasil*. S. c: Unesco/CEF, 2007. p. 349.

- ¹⁶ SAINT-HILAIRE, August. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 73.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ AZARA, Félix de. Memória rural do Rio da Prata (1847). In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 57.
- ¹⁹ LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional riograndense*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp363.asp>> mar. 2006. Acesso em: 19 jul. 2008.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 2004a. p. 70-71.
- ²² WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. p. 35.
- ²³ GUTIERREZ, Ester J. B. Influência da casa bandeirante na construção sulina. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha104.asp>>. 2004b. Acesso em: 19 jun. 2008.
- ²⁴ LUCCAS, op. cit., 1997. p. 141.
- ²⁵ Idem, p. 145 (grifo nosso).
- ²⁶ Cf. RIOS, Adolfo Morales de los. Evolução do ensino de engenharia e arquitetura no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. *Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil*. São Paulo: Abea, 1977. p. 9-10. Foram fundadas: em Lisboa, em 1647, a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar e, em 1790, a Academia Real de Fortificação, Artilharia de Desenho; no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1699, e, em Pernambuco, em 1719, a Aula de Fortificação; Cf. RHODEN, Luiz Fernando. *O traçado português no Brasil meridional: origem e evolução - 1737-1777*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996, p. 35-36. As aulas foram iniciadas: em 1696, na Bahia; em 1698, no Rio de Janeiro, e, em 1701, no Recife.
- ²⁷ GUTIERREZ, 2004, op. cit.
- ²⁸ AZEVEDO, Esterzilda Berestein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990. p. 202.
- ²⁹ GUTIERREZ, op. cit., 2004a, p. 494.
- ³⁰ EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1830)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2007. p. 43-47.
- ³¹ CZAJKOWSKY, Jorge. A arquitetura racionalista e a tradição brasileira. *Gávea*, Rio de Janeiro: PUC/RJ, n. 10, mar. 1993. p. 24.
- ³² GUTIERREZ, op. cit., 2004a, p. 71.
- ³³ OSÓRIO, op. cit., 2006, p. 155-156.
- ³⁴ Idem, p. 165-170.
- ³⁵ GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. p. 48.
- ³⁶ SILVA, op. cit., p. 124, 152, 168-169 e 183.
- ³⁷ EIFERT, op. cit., p. 82.
- ³⁸ Idem, p. 131.
- ³⁹ Idem, p. 69-70.
- ⁴⁰ VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. *Os filhos da escravidão*. Pelotas. Ed. UFPel, 1993. p. 54-65.
- ⁴¹ GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2. ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.
- ⁴² Idem, p. 178.
- ⁴³ GUTIERREZ, op. cit., 2004a.
- ⁴⁴ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995, p. 251-261.
- ⁴⁵ Idem, p. 333-335.